



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Aurora do Pará



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
-----------------	---

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
---	---

1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
--------------------------------------	---

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
--	----

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
--	----

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
---	----

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
---	----

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
--	----

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
--	----

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
--	----

Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
--	----

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
---	----

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
--	----

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
--	----

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
--	----

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
---	----

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
--	----

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
---	----

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23
---	----



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Aurora do Pará (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

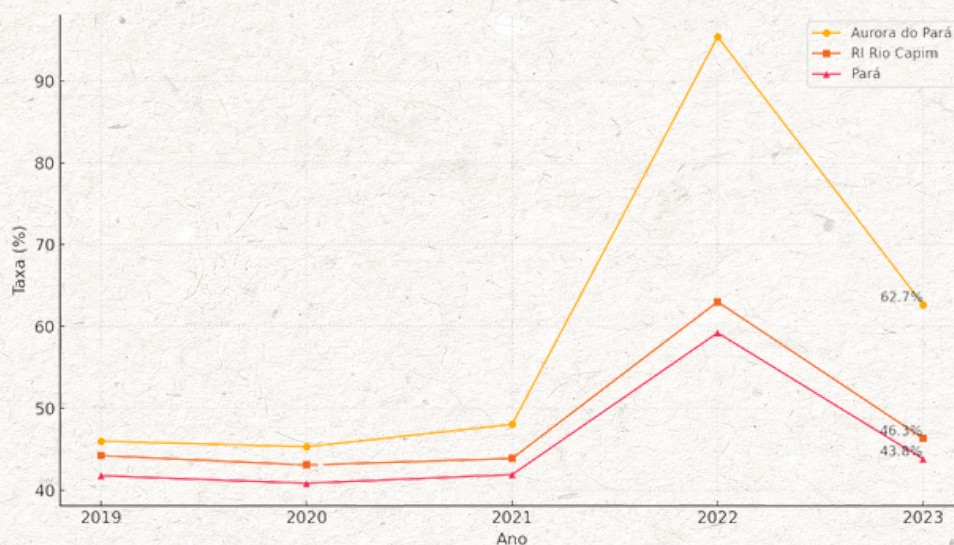
Em Aurora do Pará, a taxa de pobreza manteve-se relativamente estável entre 2019 (46%) e 2021 (48%), com variações discretas. No entanto, em 2022, houve um aumento abrupto, atingindo 94,5%, o que representou um salto de quase 47 pontos percentuais em apenas um ano. Esse comportamento destoou da média estadual e regional, sugerindo a ocorrência de eventos locais impactantes, como retração econômica ou falhas na rede de proteção social. Em 2023, observou-se queda expressiva para 62,7%, mas ainda muito acima do patamar inicial. Na Região de Integração Rio Ca-

pim, o índice subiu de 44,3% (2019) para 63,1% (2022), caindo para 46,3% em 2023. Já no estado do Pará, a evolução foi mais moderada, de 42,1% (2019) para 59,4% (2022), com recuo para 43,8% em 2023. Esses dados refletem os efeitos econômicos da pandemia e subsequente recuperação (Gráfico 1).

A comparação entre os três níveis evidencia que Aurora do Pará sofreu mais intensamente os efeitos adversos da crise de 2022. A magnitude da elevação na taxa municipal em relação à estadual e regional sugere vulnerabilidades estruturais mais acentuadas. Ainda



Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 62,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

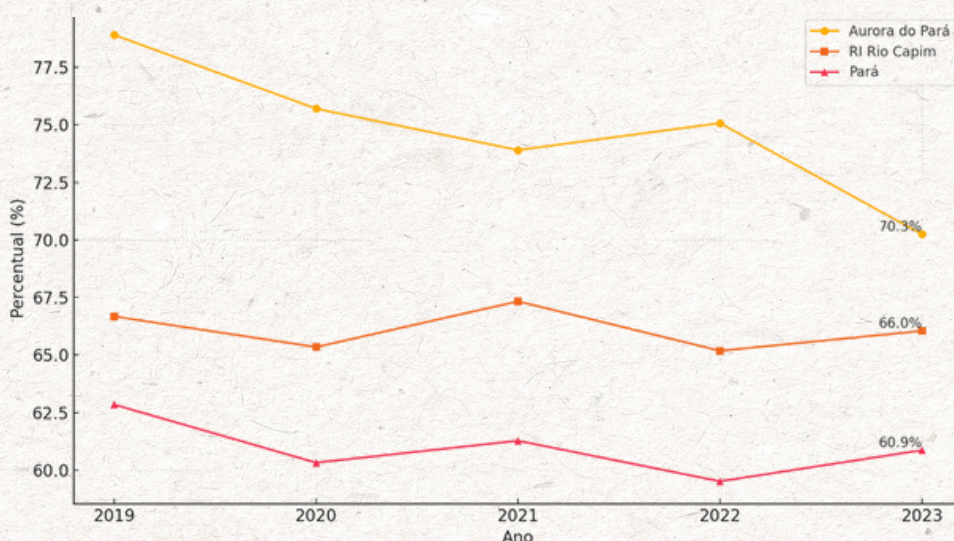
Em Aurora do Pará, o percentual de despesas públicas com serviços essenciais iniciou em 78,6% em 2019 e reduziu-se para 70,3% em 2023, indicando uma retração de 8,3 pontos percentuais. O valor seguiu uma tendência decrescente entre 2019 e 2021, com pequena recuperação em 2022 (75%), voltando a cair no ano seguinte. Apesar da queda, o município se manteve acima dos níveis observados na Região de Integração Rio Capim e no estado do Pará. A RI iniciou o período com 66,7%, apresentou leve oscilação e finalizou 2023 com 66%, sem grandes variações. Já o estado do Pará partiu de 62,7% em 2019 e atingiu o menor valor do período em 2022 (59,4%),

encerrando 2023 em 60,9%. O indicador revela queda contínua da participação dos serviços essenciais nos orçamentos (Gráfico 2).

O comportamento decrescente das despesas essenciais em Aurora pode refletir priorização de outras áreas do gasto público ou limitações orçamentárias. A queda mais acentuada no município, em comparação com a região e o estado, pode comprometer políticas fundamentais de saúde, educação e assistência. Ainda assim, a manutenção de níveis mais elevados sugere esforço local para preservar investimentos sociais, mesmo em contexto de restrição fiscal. Na RI Rio Capim e no Pará, a estabilidade sugere um padrão orçamentário consolidado, mas possivelmente estagnado (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 70,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

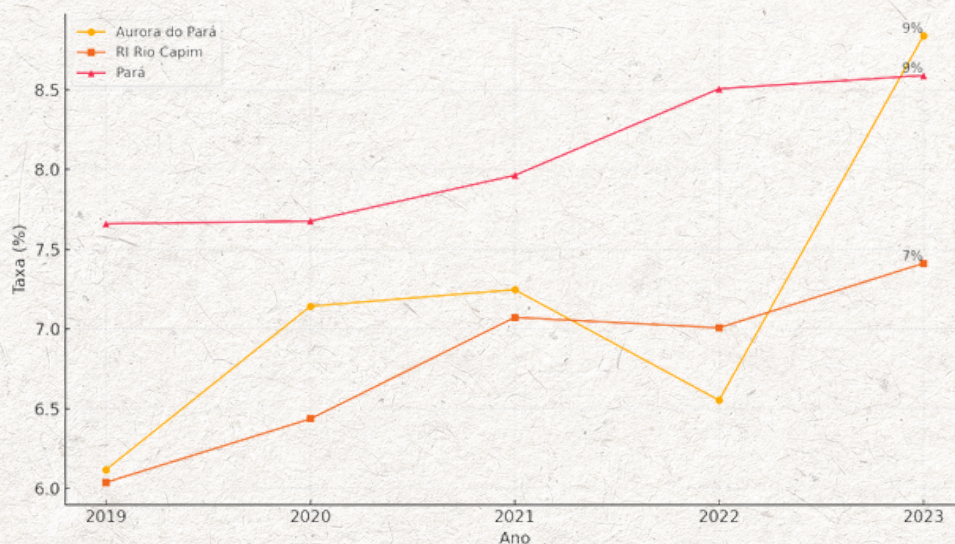
Aurora do Pará iniciou 2019 com uma taxa de 6,1% de crianças com baixo peso ao nascer. A prevalência subiu para 7,2% em 2021, recuou para 6,5% em 2022 e apresentou um crescimento expressivo para 9% em 2023. A oscilação indica instabilidade no indicador, com agravamento recente que exige atenção das políticas de saúde materno-infantil. A Região de Integração Rio Capim mostrou tendência de crescimento moderado, passando de 6% em 2019 para 7% em 2023, mantendo estabilidade entre 2021 e 2022. Já o estado do Pará teve aumento progressivo, de 7,6% (2019) para 9% (2023), com aceleração após 2021. Os dados indicam um quadro

preocupante na saúde neonatal em todas as escalas territoriais analisadas (Gráfico 3).

O crescimento abrupto em Aurora no último ano pode indicar problemas na atenção pré-natal, aumento de partos prematuros ou agravamento da insegurança alimentar. A taxa de 9% em 2023 é a mesma da média estadual, mas representa um crescimento mais rápido e recente no município. Na RI Rio Capim, embora o crescimento tenha sido mais lento, também há deterioração progressiva do indicador. A média estadual confirma que se trata de um fenômeno mais amplo, ainda que com maior intensidade em certas localidades (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Aurora do Pará x RI Rio Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

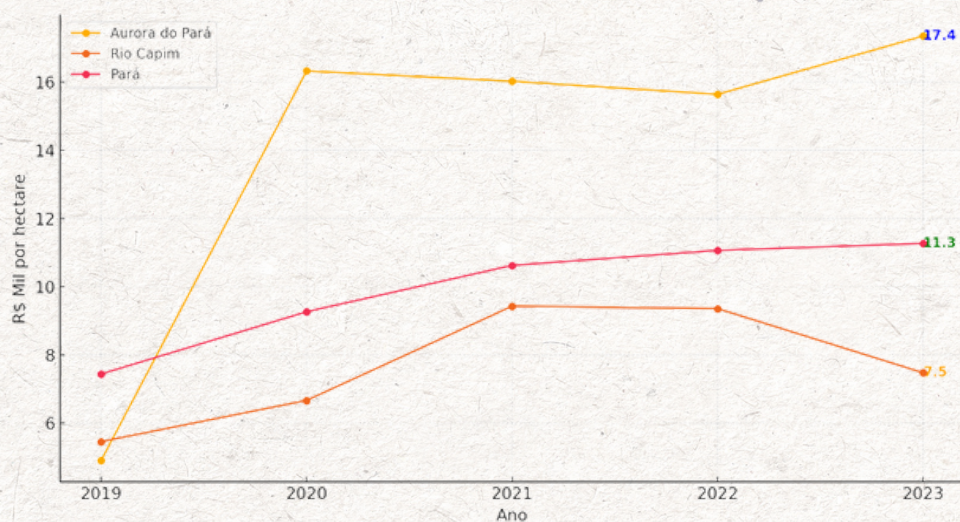
Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola em Aurora do Pará cresceu significativamente ao longo do período analisado. Em 2019, o valor era de R\$ 5,0 mil/ha, saltando para R\$ 16,3 mil/ha em 2020. Após leve queda nos anos seguintes (R\$ 15,7 mil/ha em 2022), o indicador voltou a crescer, atingindo R\$ 17,4 mil/ha em 2023, o maior valor entre os territórios analisados. Na RI Rio Capim, a produtividade cresceu de R\$ 5,5 mil/ha (2019) para R\$ 9,4 mil/ha (2022), encerrando com queda para R\$ 7,5 mil/ha em 2023. Já o estado do Pará apresentou crescimento constante, passando de R\$ 7,5 mil/ha para R\$ 11,3 mil/ha no mesmo intervalo. Aurora se destaca por uma expansão muito

acima da média (Gráfico 4).

O avanço da produtividade agrícola no município sugere modernização da atividade rural, com possíveis investimentos em tecnologia, mecanização e melhoria de práticas de manejo. A curva de crescimento consistente indica consolidação de uma base produtiva mais eficiente, o que pode contribuir para o aumento da renda local e geração de empregos. Em contraste, a queda da produtividade na RI em 2023 pode sinalizar efeitos climáticos ou dificuldades de mercado. O crescimento linear no estado sugere expansão setorial mais homogênea, porém mais lenta (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 17,4 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

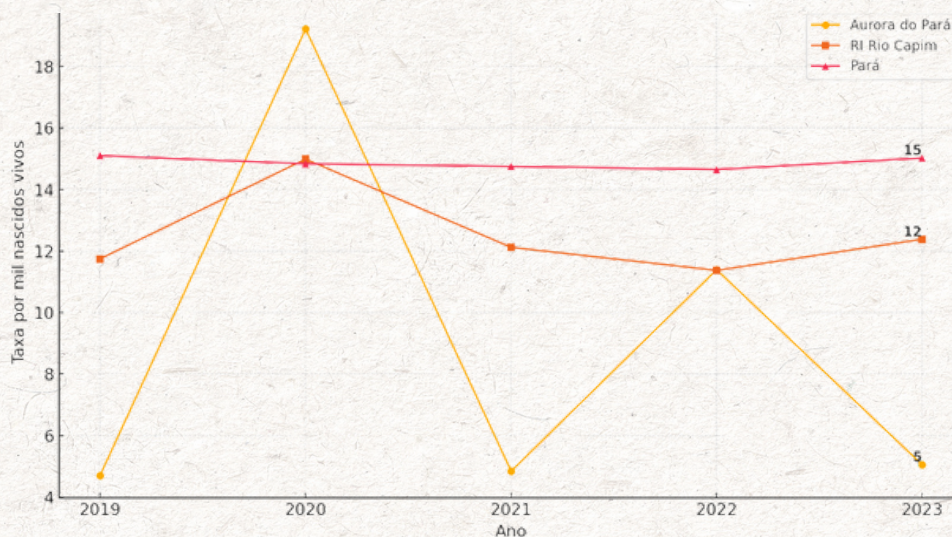
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

Aurora do Pará apresentou grande oscilação na taxa de mortalidade infantil entre 2019 e 2023. Em 2019, a taxa era de 4,7 por mil nascidos vivos e saltou para 19,2 em 2020, valor mais alto da série. Nos anos seguintes, o indicador recuou: 4,9 em 2021, 11,5 em 2022 e finalmente 5,0 em 2023, voltando a patamares iniciais. A Região de Integração Rio Capim teve comportamento mais estável: 11,7 (2019), 14,9 (2020), 12,2 (2021), 11,4 (2022) e 12,0 (2023). Já o estado do Pará apresentou taxa elevada e praticamente constante: 15,1 em 2019, com leve oscilação até atingir 15,0 em 2023 (Gráfico 5).

A expressiva variação em Aurora do Pará, especialmente o pico em 2020, pode indicar falhas pontuais na assistência à saúde neonatal ou eventos adversos específicos, como sobrecarga hospitalar durante a pandemia. Apesar do forte aumento, o município conseguiu reduzir a taxa nos anos seguintes, sinalizando recuperação. Em contraste, o estado e a região mantiveram níveis mais altos e estáveis, sugerindo desafios estruturais contínuos. A redução em Aurora é um sinal positivo, mas a oscilação reforça a vulnerabilidade do sistema local (Gráfico 5).



Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

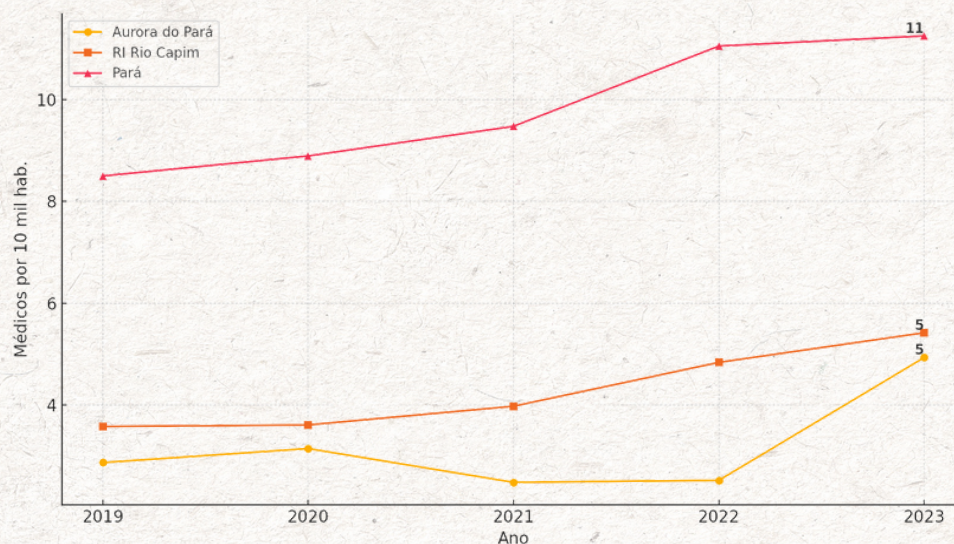
Número de Médicos por 10 mil habitantes

Em Aurora do Pará, o número de médicos por 10 mil habitantes era de 2,9 em 2019, subindo para 3,1 em 2020. Após uma leve queda em 2021 e 2022 (2,5 em ambos os anos), houve aumento significativo em 2023, alcançando 5,0 médicos por 10 mil habitantes. A RI Rio Capim manteve crescimento mais constante: de 3,6 em 2019 para 5,0 em 2023. Já o estado do Pará apresentou evolução expressiva: 8,5 (2019), 8,9 (2020), 9,4 (2021), 11,0 (2022) e 11,3 (2023), sempre com valores acima da média regional e municipal (Gráfico 6).

O crescimento em Aurora do Pará em 2023 mostra avanço importante na cobertura médica, possivelmente fruto de políticas de interiorização ou contratação de profissionais via programas federais. No entanto, ainda está abaixo da média estadual, o que pode impactar o acesso a cuidados de saúde. A RI Rio Capim mantém valores semelhantes a Aurora, o que indica uma carência generalizada na região. Já o estado demonstra expansão contínua da força médica, o que contribui para melhoria dos serviços (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Aurora do Pará começou 2019 com 209,7 vagas por mil habitantes, caindo para 197,1 em 2020. Em 2021 houve leve recuperação para 205,6, seguida de pico em 2022 (252,6) e recuo em 2023 para 233,2. A RI Rio Capim variou de 220,1 (2019) para 232,0 (2022), fechando 2023 com 210,4. Já o estado do Pará teve trajetória mais estável, iniciando com 211,6 (2019) e finalizando com 198,0 (2023), com pequeno aumento apenas em 2022 (219,3). Observa-se que Aurora, apesar da instabilidade, manteve-se acima da média estadual (Gráfico 7).

O forte crescimento em 2022

em Aurora pode refletir expansão da rede pública ou reestruturação da oferta educacional. Ainda assim, a queda em 2023 mostra que o avanço não foi completamente sustentado. A RI apresenta padrão semelhante, com variações mais suaves. O estado, por sua vez, demonstra ligeira tendência de redução, o que pode indicar queda demográfica ou reavaliação da demanda. O indicador sugere que Aurora do Pará possui maior capacidade relativa de atendimento educacional, mas a manutenção dessas vagas requer investimentos contínuos (Gráfico 7).

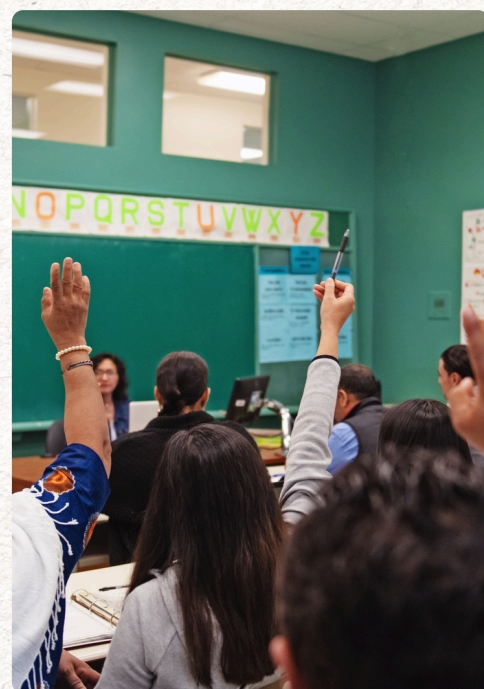
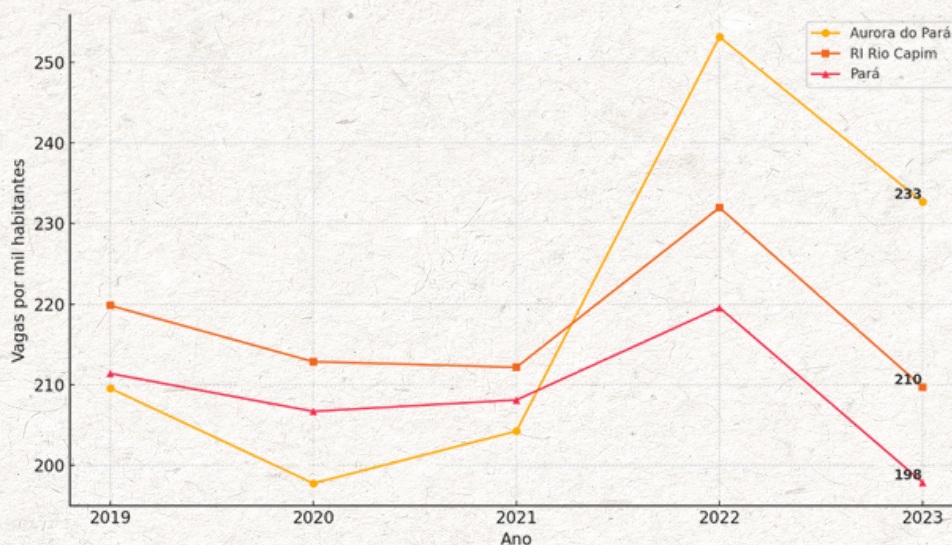


Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

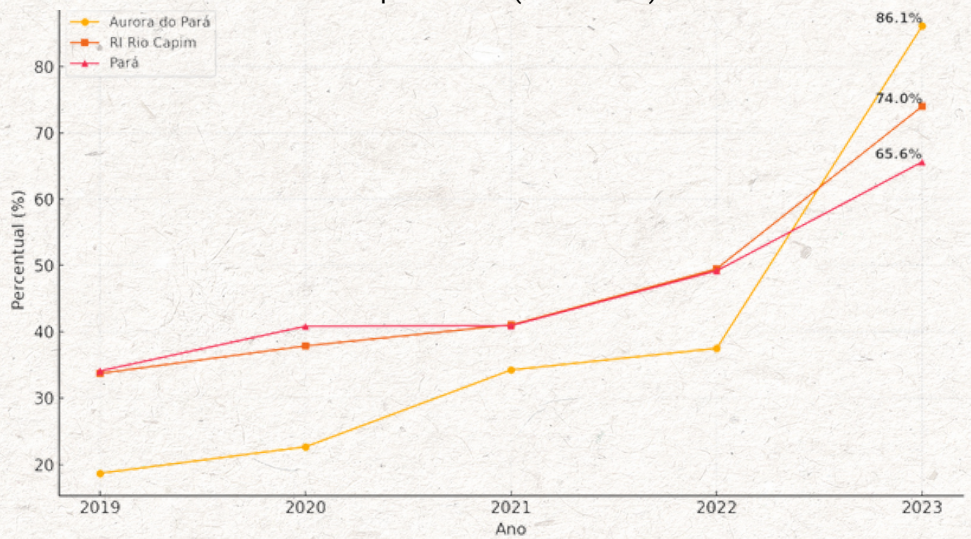
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 233 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Aurora do Pará teve crescimento expressivo no acesso à internet nas escolas. Em 2019, apenas 18,8% estavam conectadas, número que subiu progressivamente até alcançar 86,1% em 2023. A evolução foi: 23,1% (2020), 34,4% (2021), 37,6% (2022) e salto em 2023. A RI Rio Capim também cresceu: de 34,1% (2019) para 74,0% (2023), com aumento contínuo. O estado do Pará teve melhora mais moderada, iniciando em 33,8% e encerrando 2023 com 65,6%, ainda abaixo dos demais (Gráfico 8).

O desempenho de Aurora do Pará em 2023 se destaca, superando com folga as médias estadual e regional. Isso pode estar ligado a investimentos específicos em infraestrutura digital, inclusive como resposta à pandemia e à necessidade de ensino remoto. A evolução mostra que o município superou um atraso significativo em poucos anos. A RI também teve avanço considerável, embora mais gradual. O estado, apesar da melhora, ainda apresenta um percentual limitado, o que afeta o acesso ao ensino de qualidade (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 86,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

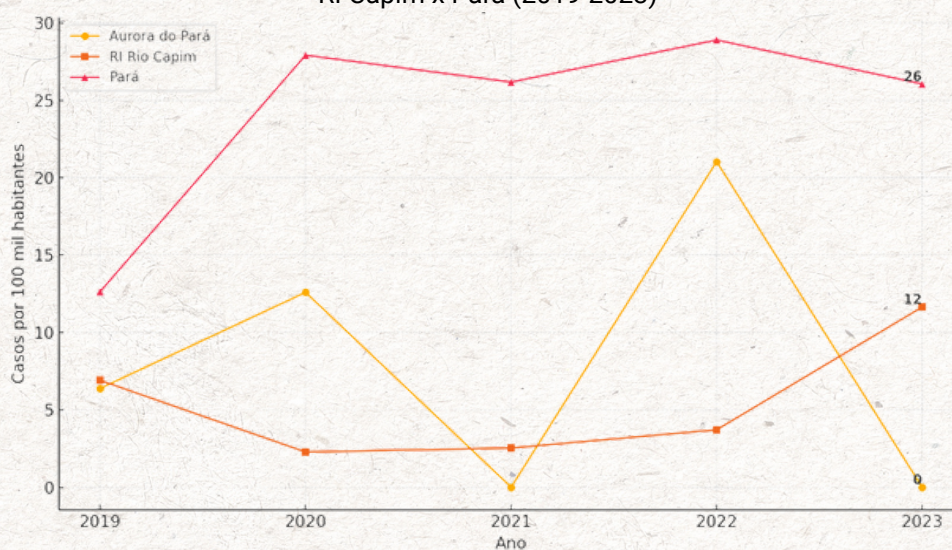


Em Aurora do Pará, o número de casos de violência contra a mulher por parceiros apresentou oscilações acentuadas no período de 2019 a 2023. O indicador partiu de 6,4 casos por 100 mil habitantes em 2019, subiu para 12,7 em 2020, caiu para 0 em 2021, voltou a subir bruscamente para 21,0 em 2022, e retornou a 0 em 2023. Já a RI Rio Capim manteve índices baixos e estáveis até 2022, oscilando entre 2,4 e 3,6, mas subiu para 11,7 em 2023. O estado do Pará apresentou tendência crescente, de 12,7 em 2019 para 29,0 em 2022, finalizando em 26,0 em 2023 (Gráfico 9).



As variações em Aurora podem indicar tanto dificuldades na coleta de dados quanto variações reais na ocorrência ou registro de casos, evidenciando fragilidade institucional na proteção às mulheres. O pico de 2022 é preocupante e pode refletir agravamento de contextos de violência doméstica. A RI apresentou aumento em 2023, aproximando-se da média estadual. O estado do Pará, por sua vez, apresenta uma tendência estrutural de crescimento no número de casos, evidenciando a urgência de políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

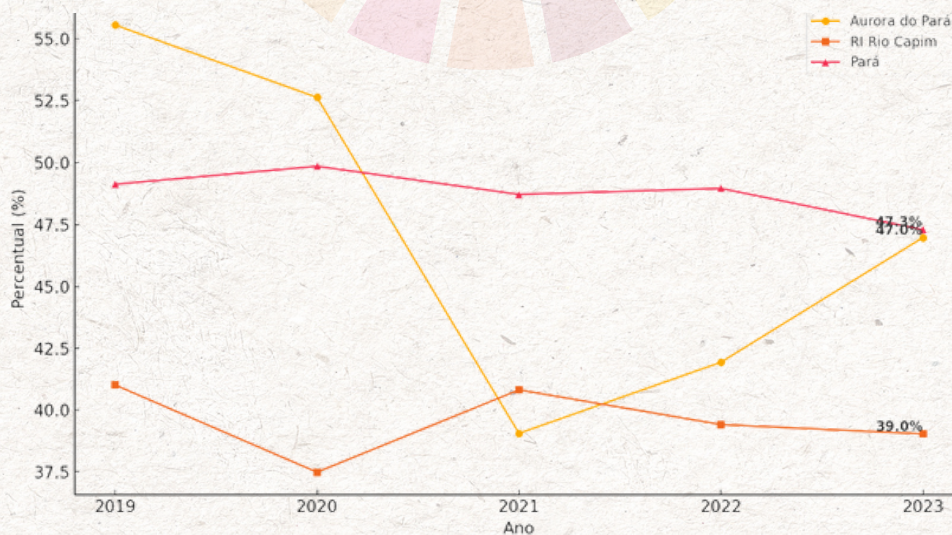
Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

Aurora do Pará iniciou 2019 com expressivo percentual de 55,5% de cargos gerenciais ocupados por mulheres. No entanto, houve queda constante até 2021, quando atingiu 39,0%. A partir daí, o indicador subiu para 41,6% em 2022 e 47,0% em 2023. Na RI Rio Capim, os valores variaram entre 41,0% (2019) e 39,0% (2023), com relativa estabilidade. Já o estado do Pará apresentou leve oscilação, com 49,0% em 2019 e 47,3% em 2023, mantendo-se sempre acima de Aurora e da RI a partir de 2021 (Gráfico 10).



A queda acentuada em Aurora nos primeiros anos pode estar relacionada a mudanças estruturais no setor público ou privado local. A recuperação em 2022 e 2023 é um sinal positivo, embora o município ainda esteja abaixo do patamar inicial. A estabilidade nos níveis regional e estadual evidencia certa consolidação de presença feminina nos cargos de liderança, embora ainda distante da paridade ideal. Aurora mostrou maior volatilidade, revelando possível fragilidade nas políticas de promoção da equidade de gênero. A retomada do crescimento é importante e deve ser acompanhada por iniciativas estruturantes (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 47%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

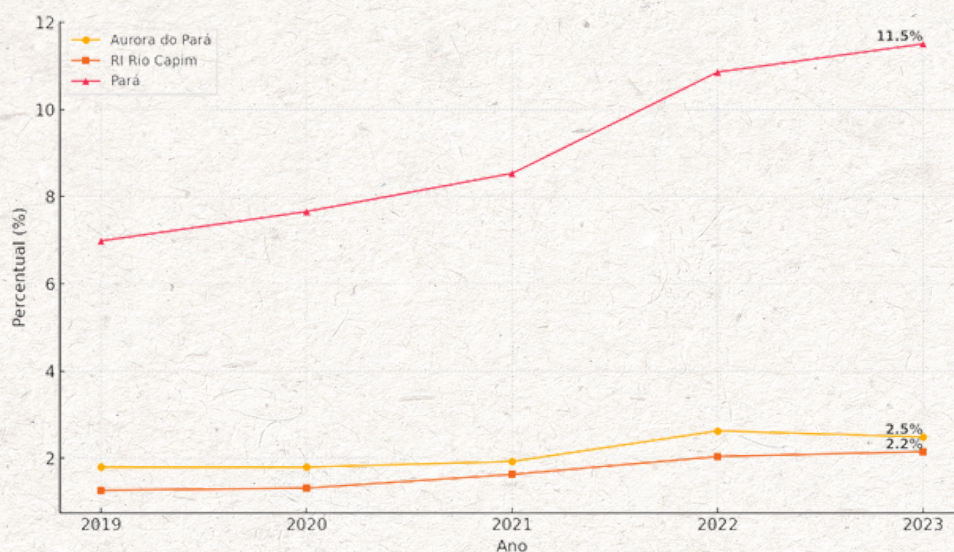
Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Aurora do Pará apresentou crescimento modesto no percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto, passando de 1,8% em 2019 para 2,5% em 2023. A maior elevação foi entre 2021 e 2022 (1,9% para 2,7%), mas houve recuo leve no último ano. A RI Rio Capim evoluiu de 1,3% (2019) para 2,2% (2023), mantendo crescimento contínuo. Já o estado do Pará registrou aumento mais expressivo: de 7,0% (2019) para 11,5% (2023), destacando-se dos níveis municipal e regional (Gráfico 11).

O avanço em Aurora é positivo, mas revela um cenário ainda extremamente crítico, com mais de 97% da população de baixa renda desassistida por esse serviço essencial. O mesmo se observa na RI, que apresenta proporção semelhante. O estado, apesar de baixa cobertura, mostra evolução mais significativa, fruto de maiores investimentos em saneamento básico. A discrepância entre os territórios reforça a desigualdade no acesso aos serviços públicos. É evidente a necessidade de políticas específicas para ampliação do saneamento nos municípios menores (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Aurora do Pará iniciou 2019 com gasto zero em saneamento por habitante. O valor subiu para R\$ 10,24 em 2020, mas voltou a zero a partir de 2021, mantendo-se assim até 2023. A Região de Integração Rio Capim apresentou valores maiores e crescentes: R\$ 43,4 (2019), R\$ 48,7 (2020), R\$ 44,9 (2021), R\$ 61,4 (2022) e R\$ 61,6 em 2023. Já o estado do Pará teve altos investimentos, iniciando em R\$ 80,2 em 2019 e alcançando pico de R\$ 153,5 em 2022, encerrando com R\$ 137,3 em 2023 (Gráfico 12).

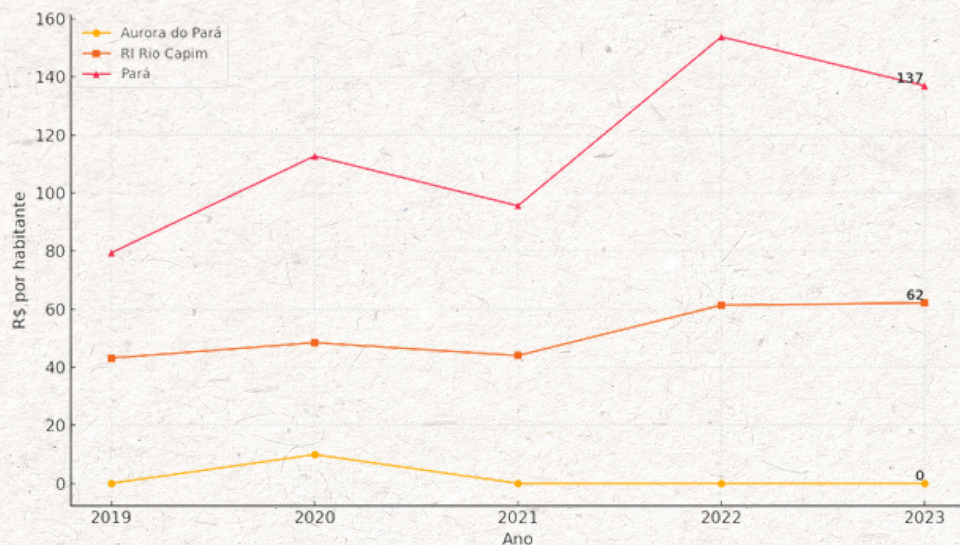
A ausência de gastos em Aurora por três anos seguidos é

extremamente preocupante e pode explicar a baixa cobertura de coleta de esgoto observada no indicador anterior. A RI Rio Capim, embora com menor valor que o estado, apresenta consistência nos investimentos. O Pará destaca-se por manter elevados gastos, o que tende a refletir em melhores resultados estruturais. A negligência orçamentária em Aurora compromete o avanço de direitos básicos e demanda revisão urgente. O contraste entre os níveis territoriais evidencia desigualdades na destinação de recursos para infraestrutura essencial (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

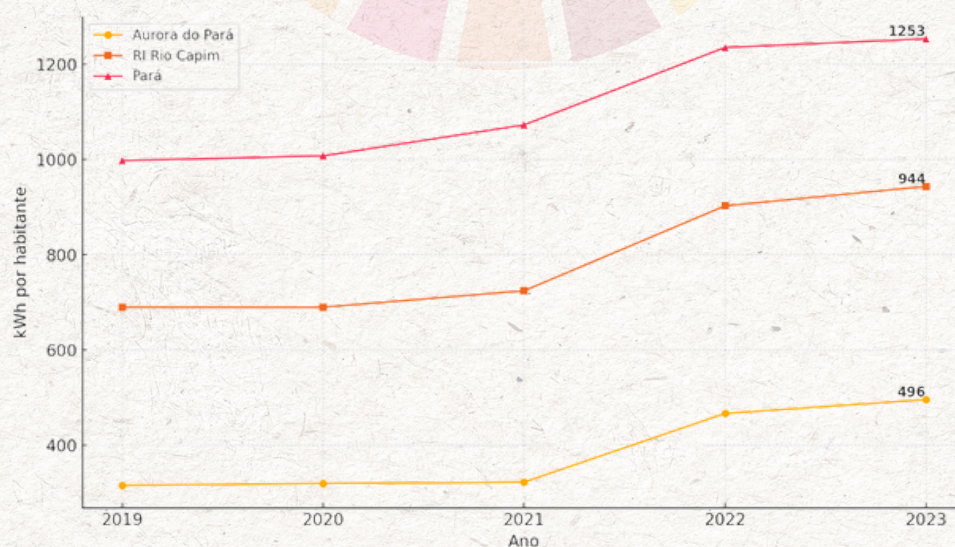


Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Em Aurora do Pará, o consumo per capita de energia elétrica teve crescimento moderado até 2021, partindo de 309 kWh/hab. em 2019 e chegando a 318 kWh/hab. em 2021. A partir de 2022, houve aceleração, com o consumo saltando para 470 kWh/hab. e alcançando 496 kWh/hab. em 2023. Na Região de Integração Rio Capim, o consumo foi de 688 (2019), 690 (2020), 723 (2021), 910 (2022) e 944 kWh/hab. (2023). Já o estado do Pará teve os maiores valores, saindo de 998 kWh/hab. em 2019 e atingindo 1.253 kWh/hab. em 2023 (Gráfico 13).

Apesar do crescimento em Aurora do Pará, os níveis permanecem muito abaixo das médias regional e estadual. O aumento mais expressivo ocorreu entre 2021 e 2022, sugerindo melhoria no acesso ou no poder de consumo das famílias. Ainda assim, o valor final representa menos da metade do consumo estadual, o que evidencia desigualdade energética. A RI Rio Capim mostrou evolução constante, mantendo distância considerável de Aurora. Já o estado do Pará destaca-se por crescimento robusto e contínuo no consumo per capita, revelando maior acesso, infraestrutura e poder aquisitivo (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 496 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

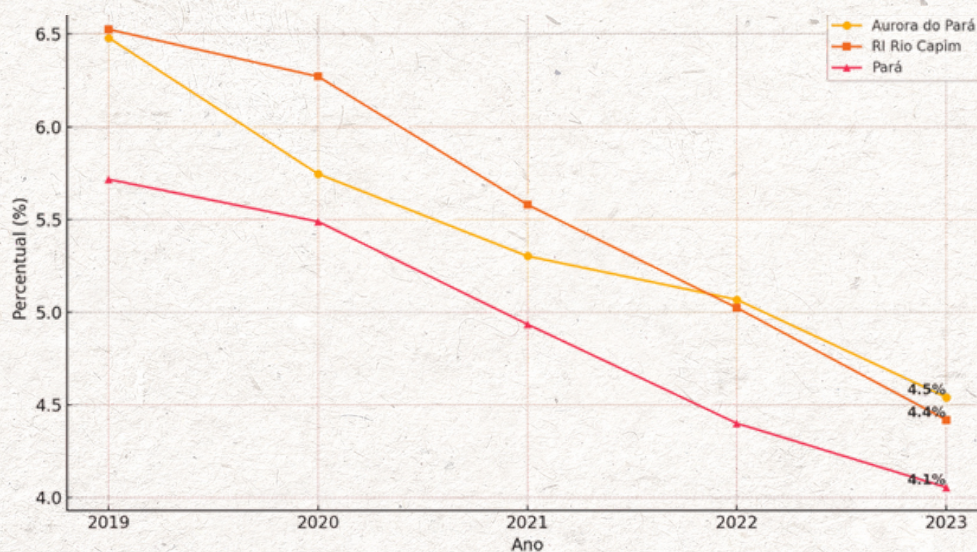
Aurora do Pará apresentou queda progressiva no percentual de domicílios de baixa renda que utilizam iluminação fóssil: 6,5% em 2019, 5,7% em 2020, 5,3% em 2021, 5,1% em 2022 e 4,5% em 2023. A RI Rio Capim teve trajetória semelhante, caindo de 6,5% (2019) para 4,4% (2023). Já o estado do Pará iniciou com 5,7% em 2019 e finalizou com 4,1% em 2023, apresentando os menores índices ao longo do período (Gráfico 14).



A tendência de redução nos três níveis territoriais indica avanços no acesso à energia elétrica, especialmente entre as populações vulneráveis. Embora Aurora ainda registre valores ligeiramente acima da média estadual, a diferença tem diminuído. O ritmo de queda é constante, o que sugere impacto positivo de programas de universalização da energia. A melhora é mais evidente entre 2019 e 2021, com desaceleração recente. A persistência de percentuais acima de 4% em 2023 reforça, no entanto, a necessidade de investimentos contínuos para erradicar completamente o uso de fontes fósseis entre os mais pobres (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

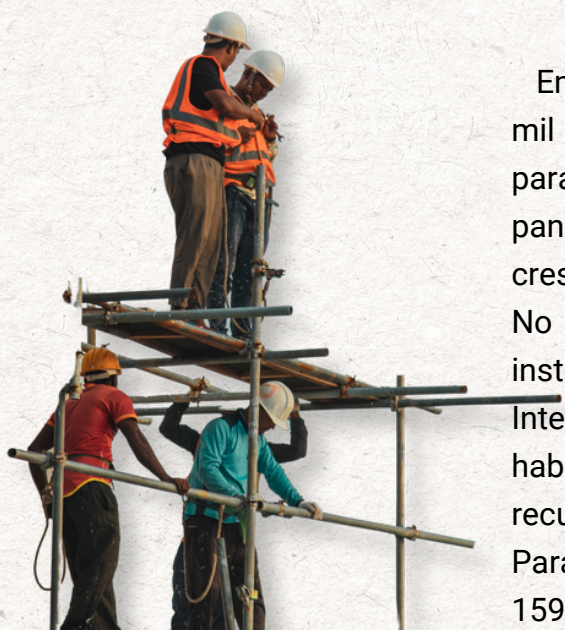
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.

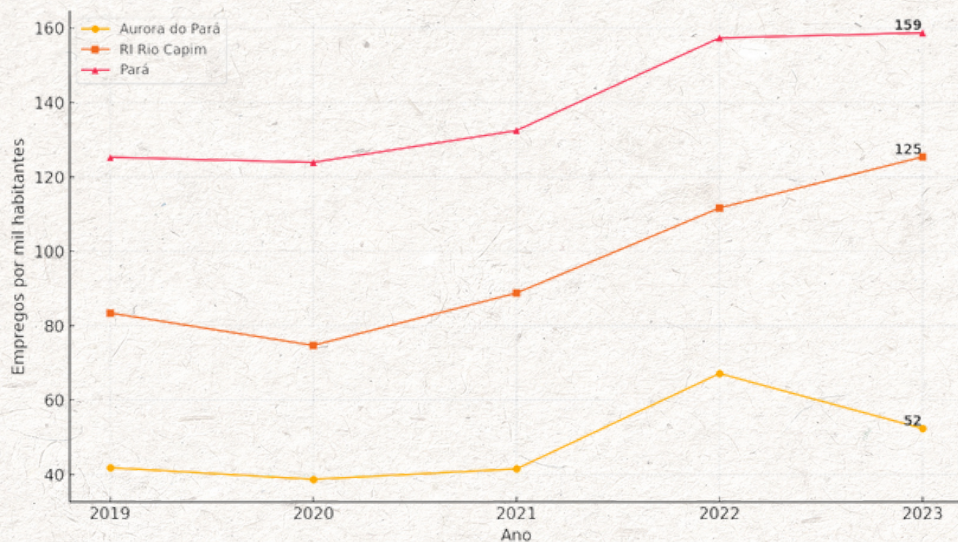


Empregos Formais por Mil Habitantes

A evolução mostra que, apesar de alguma recuperação recente, Aurora mantém uma densidade de empregos formais significativamente inferior às médias regional e estadual. A disparidade é notável em 2023: 52 no município contra 125 na RI e 159 no Pará. Essa diferença pode estar relacionada à estrutura econômica local, menor diversificação produtiva e dependência de setores informais. O pico em 2022 parece ter sido um evento pontual, sem sustentação em 2023. A RI mostra trajetória ascendente desde 2020, indicando retomada econômica consistente (Gráfico 15).

Em Aurora do Pará, a quantidade de empregos formais por mil habitantes teve início com 42 postos em 2019, caindo para 39 em 2020, o que indica impacto negativo inicial da pandemia. Em 2021, o índice subiu levemente para 42, com crescimento mais expressivo em 2022, quando chegou a 67. No entanto, em 2023 houve recuo para 52, demonstrando instabilidade no mercado formal local. Já a Região de Integração Rio Capim partiu de 84 empregos formais por mil habitantes em 2019, caiu para 75 em 2020, e teve recuperação contínua até atingir 125 em 2023. O estado do Pará também apresentou crescimento: de 126 (2019) para 159 empregos formais por mil habitantes em 2023 (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 52 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

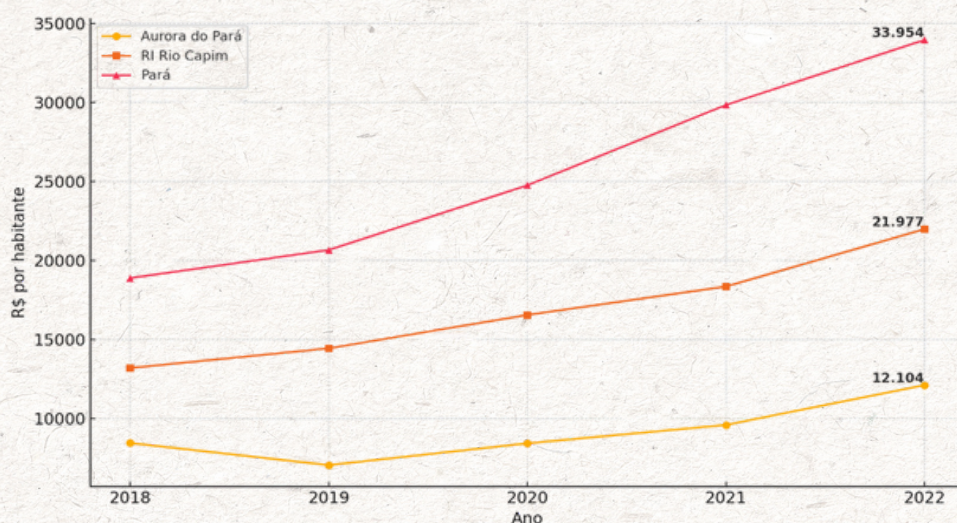
Aurora do Pará iniciou 2018 com um PIB per capita de R\$ 8.577, caindo para R\$ 7.106 em 2019, o que representou uma retração econômica significativa. A partir de 2020, observou-se recuperação contínua: R\$ 8.470 em 2020, R\$ 9.657 em 2021 e R\$ 12.104 em 2022. Mesmo com a trajetória de crescimento, o município permanece abaixo das médias regional e estadual. A RI Rio Capim começou com R\$ 13.268 (2018) e chegou a R\$ 21.977 em 2022, com crescimento expressivo e regular. Já o estado do Pará apresentou os maiores valores, partindo de R\$ 18.998 (2018) e atingindo R\$ 33.954 em 2022 (Gráfico 16).



A diferença entre Aurora e os demais níveis territoriais evidencia disparidades econômicas importantes. Em 2022, o PIB per capita de Aurora foi cerca de 64% inferior ao do estado e 45% abaixo da média da RI, o que revela menor dinamismo e geração de riqueza local. Apesar do avanço nos últimos anos, Aurora ainda enfrenta desafios estruturais para equiparar-se economicamente aos demais. O Pará demonstra grande expansão, especialmente a partir de 2020, possivelmente impulsionada por setores como mineração, agropecuária e indústria (Gráfico 16).



Gráfico16 - PIB per capita, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 12.104/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)

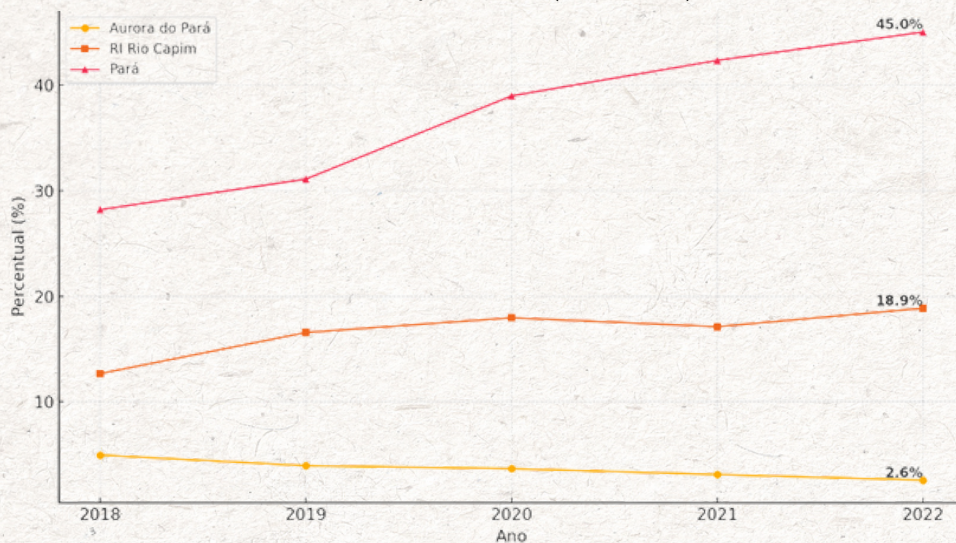


O valor adicionado da indústria ao PIB em Aurora do Pará apresentou queda constante ao longo do período analisado. Em 2018, o setor representava 5,1% do PIB municipal, caindo para 4,3% em 2019, 4,1% em 2020, 3,5% em 2021 e chegando a apenas 2,6% em 2022. Já a Região de Integração Rio Capim teve trajetória mais estável e ascendente, partindo de 12,6% em 2018 e alcançando 18,9% em 2022. O estado do Pará mostrou forte crescimento: 28,3% (2018), 31,2% (2019), 38,8% (2020), 42,3% (2021) e 45,0% em 2022, indicando fortalecimento da atividade industrial estadual (Gráfico 17).

O comportamento decrescente de Aurora indica perda de relevância do setor industrial na economia local, o que compromete o dinamismo produtivo e a geração de empregos qualificados. A participação da indústria no PIB do município é significativamente inferior aos demais territórios, evidenciando baixa industrialização. Enquanto a RI Rio Capim amplia gradualmente sua estrutura produtiva, Aurora vai na contramão. O estado do Pará mostra expansão vigorosa da indústria, o que pode refletir investimentos em mineração, construção e transformação (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Aurora do Pará x RI Rio Capim x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Aurora do Pará, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes era de 11,2 em 2019, caiu para 9,6 em 2020, e subiu gradualmente até atingir 17,9 em 2022. Em 2023, houve uma leve queda para 16,0, ainda assim superior ao valor inicial do período. Na Região de Integração Rio Capim, o índice começou em



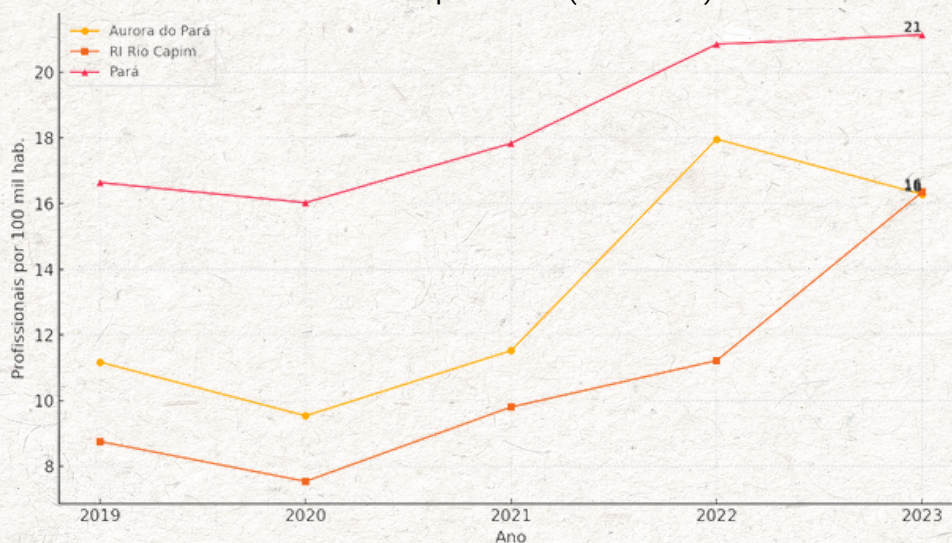
8,8 (2019), caiu para 7,5 (2020), e avançou até 16,1 em 2023, ultrapassando Aurora nesse ano. O estado do Pará iniciou em 16,7 (2019), teve leve oscilação em 2020 (16,1), e apresentou crescimento constante até alcançar 21,0 em 2023 (Gráfico 18).

A tendência mostra que, embora Aurora tenha registrado crescimento expressivo até 2022, a queda em 2023 combinada ao avanço da RI indica perda de protagonismo relativo. Ainda assim, o município se posiciona acima da média da RI em quase todos os anos do período. O estado do Pará demonstra avanço robusto, mantendo níveis consistentemente superiores. A presença de profissionais da ciência é indicativo de capacidade local para inovação, ensino e pesquisa. A trajetória ascendente, com pequenas oscilações, sugere esforços regionais de valorização do conhecimento técnico-científico (Gráfico 18).





Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 16 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



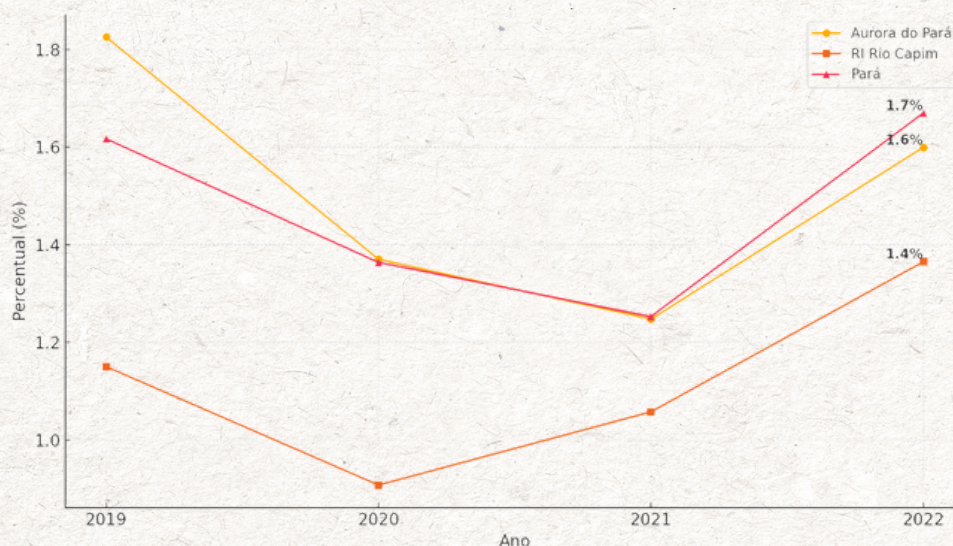
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Aurora do Pará iniciou 2019 com massa salarial representando 1,83% do PIB, a maior entre os três níveis. Em 2020 e 2021, esse percentual caiu para 1,37% e 1,25%, respectivamente. Em 2022, houve recuperação para 1,7%, ainda abaixo do valor inicial. A RI Rio Capim começou com 1,15% (2019), caiu para 0,90% (2020), e subiu para 1,40% em 2022. Já o estado do Pará apresentou 1,62% em 2019, queda para 1,25% (2021), e retomada a 1,70% em 2022 (Gráfico 19).

A queda entre 2019 e 2021 reflete os impactos da pandemia sobre o emprego e a

renda formal. A recuperação em 2022 mostra certa retomada da formalização e valorização dos salários, especialmente no Pará e na RI. Aurora, apesar da retomada, não atingiu o patamar de 2019, o que pode refletir crescimento do PIB acima do aumento da massa salarial. A comparação evidencia que, proporcionalmente, a remuneração formal em Aurora continua relevante, mesmo com oscilações. Para manter a participação da massa salarial no PIB, é necessário impulsionar o emprego formal com melhores remunerações e estabilidade contratual (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB),
Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

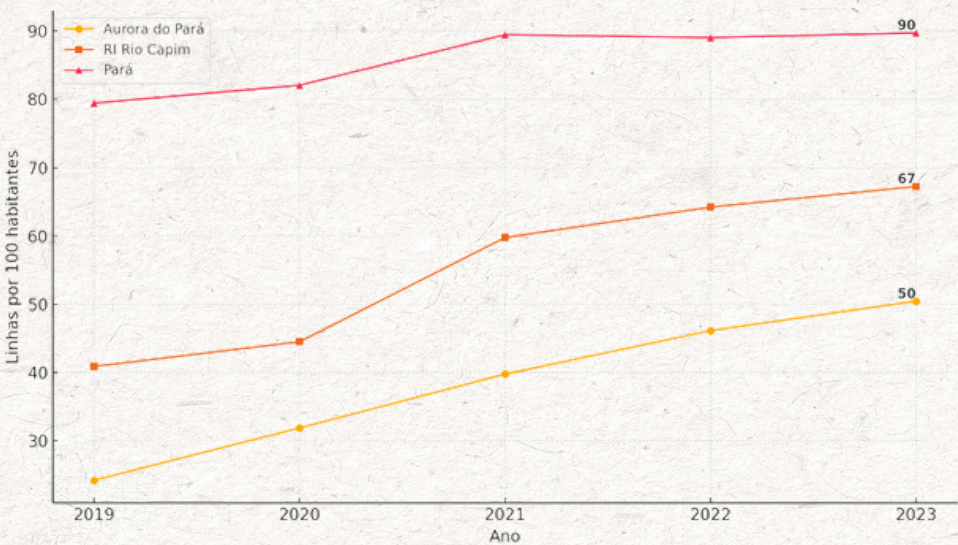
Em Aurora do Pará, o acesso à telefonia móvel evoluiu de 24 linhas por 100 habitantes em 2019 para 50 em 2023, praticamente dobrando no período. O crescimento foi contínuo: 32 (2020), 40 (2021), 46 (2022) e 50 (2023). A RI Rio Capim iniciou com 41, cresceu para 67, com aumento expressivo entre 2020 (44) e 2021 (60). Já o Pará apresentou os maiores índices, saindo de 79 (2019) para 90 (2023), com crescimento estável ao longo dos anos (Gráfico 20).

A análise mostra que, embora Aurora tenha melhorado sua cobertura, continua abaixo da média regional (67) e estadual (90). A evolução positiva reflete avanços na infraestrutura de comunicação, mas a defasagem ainda limita o acesso à informação e serviços digitais. A RI mostrou aceleração importante após 2020, o que pode estar relacionado à expansão do sinal em áreas mais isoladas. O estado manteve crescimento consistente, reforçando a liderança na conectividade móvel. Para Aurora, os dados indicam progresso, porém há espaço para políticas de expansão mais agressivas visando inclusão digital (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 50 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

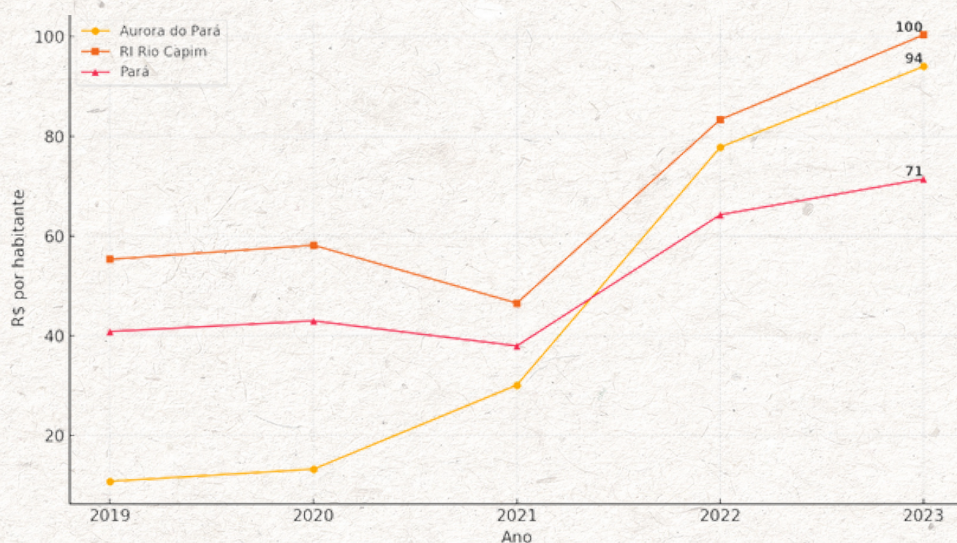
Aurora do Pará apresentava baixo investimento per capita em 2019 (R\$ 10), mantendo níveis modestos em 2020 (R\$ 13) e 2021 (R\$ 30). Em 2022, o valor saltou para R\$ 78 e atingiu R\$ 94 em 2023, um crescimento significativo. A RI Rio Capim iniciou em R\$ 55 (2019), subiu para R\$ 58 (2020), teve leve queda em 2021 (R\$ 47) e subiu para R\$ 100 em 2023. Já o estado do Pará começou em R\$ 41, caiu para R\$ 38 em 2021 e finalizou em R\$ 71 em 2023 (Gráfico 21).

O crescimento em Aurora representa uma virada na priorização dessas áreas, aproxi-

mando-se da média regional. Em 2023, o município superou o estado em termos proporcionais, o que demonstra esforço local em cultura e meio ambiente. A RI também registrou aumento importante a partir de 2022, chegando ao maior valor do grupo. O estado, embora crescente, apresenta investimentos ainda mais contidos. A disparidade entre os anos revela que os avanços são recentes, devendo ser consolidados com políticas permanentes. Os números refletem melhoria na alocação de recursos voltados à sustentabilidade e identidade cultural (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



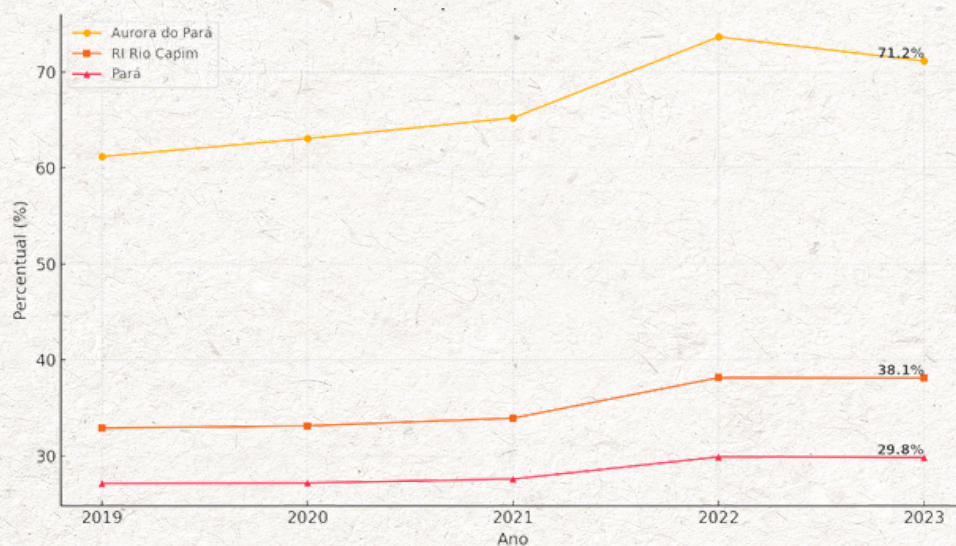
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em Aurora do Pará, esse indicador mostra valores preocupantes: 61,3% em 2019, subindo para 63,5% (2020), 65,2% (2021), com pico de 73,2% em 2022 e queda leve para 71,2% em 2023. A RI Rio Capim iniciou com 33%, subindo para 38,1% em 2023. O estado do Pará teve os menores percentuais: 26,9% (2019), alcançando 29,8% em 2023. Em todos os anos, Aurora esteve bem acima das médias estadual e regional (Gráfico 22).

A elevação contínua até 2022 em Aurora revela uma precariedade persistente na co-

leta de resíduos entre os mais pobres. Mesmo com recuo em 2023, o valor ainda indica que mais de 7 a cada 10 pessoas de baixa renda descartam lixo inadequadamente. Isso tem implicações diretas sobre saúde pública, poluição e qualidade de vida. A RI e o estado também cresceram, mas em níveis mais controlados. O contraste entre Aurora e o Pará mostra a urgência de ações de saneamento e políticas de educação ambiental localizadas. A redução do indicador deve ser uma meta prioritária nos próximos ciclos de gestão (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 71,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

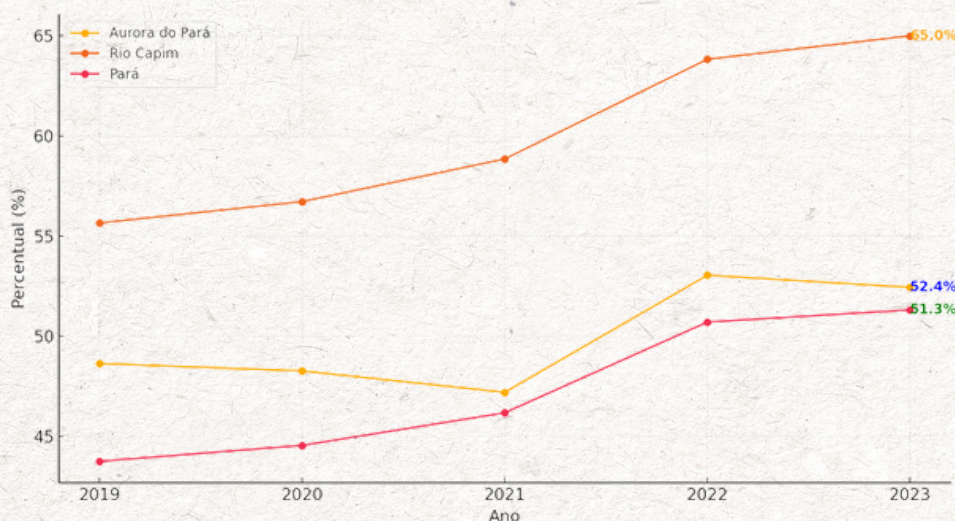
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Aurora do Pará iniciou o período com 48,7% da população de baixa renda utilizando fossa rudimentar, mantendo-se estável até 2021 (47,4%). Em 2022, houve aumento para 52,9%, seguido de leve queda para 52,4% em 2023. A RI Rio Capim apresentou percentuais crescentes: de 55,6% (2019) a 65% (2023). Já o estado do Pará foi de 43,7% para 51,3% no mesmo intervalo, com avanço mais moderado (Gráfico 23).

Embora Aurora apresente percentuais abaixo da média regional, ainda está acima da média estadual. O aumento entre 2021 e 2022

sugere deterioração nas condições de saneamento, possivelmente por ausência de investimentos estruturais. A RI Rio Capim lidera o indicador negativamente, o que pode refletir cobertura urbana limitada e presença de áreas rurais desassistidas. O Pará mostra crescimento menos acelerado, mas ainda preocupante. A presença de fossas rudimentares implica riscos ambientais e sanitários graves, sendo necessária a ampliação do acesso ao esgotamento sanitário adequado. Aurora, apesar de um leve recuo em 2023, segue com indicadores críticos (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 52,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

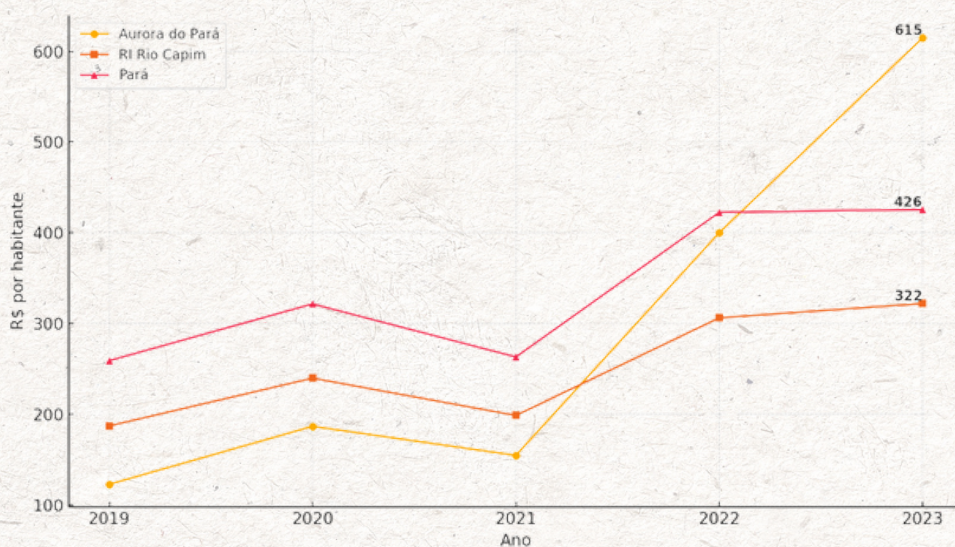
Gastos per capita com prevenção de desastres

Aurora do Pará teve uma evolução significativa nos gastos per capita com prevenção de desastres. Em 2019, o gasto era de R\$ 124 por habitante, subindo para R\$ 188 em 2020, com pequena queda em 2021 para R\$ 155. A partir daí, os investimentos aumentaram expressivamente: R\$ 397 em 2022 e R\$ 615 em 2023, ultrapassando os demais níveis. A RI Rio Capim partiu de R\$ 187 (2019), chegou a R\$ 244 (2020), caiu para R\$ 201 em 2021 e atingiu R\$ 322 em 2023. O estado do Pará teve valores superiores à RI até 2021: R\$ 261 (2019), R\$ 320 (2020), R\$ 265 (2021), subindo para R\$ 426 em 2023 (Gráfico 24).



O crescimento acelerado em Aurora nos dois últimos anos pode estar relacionado à ampliação da política de prevenção local ou ao aumento de eventos climáticos extremos. Em 2023, o município investiu 44% a mais que a média estadual, o que demonstra um esforço importante em contenção de riscos ambientais. A RI e o estado também apresentaram crescimento, porém com menor intensidade. A forte elevação dos gastos em Aurora evidencia uma mudança de postura da gestão municipal diante da crise climática (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 615/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

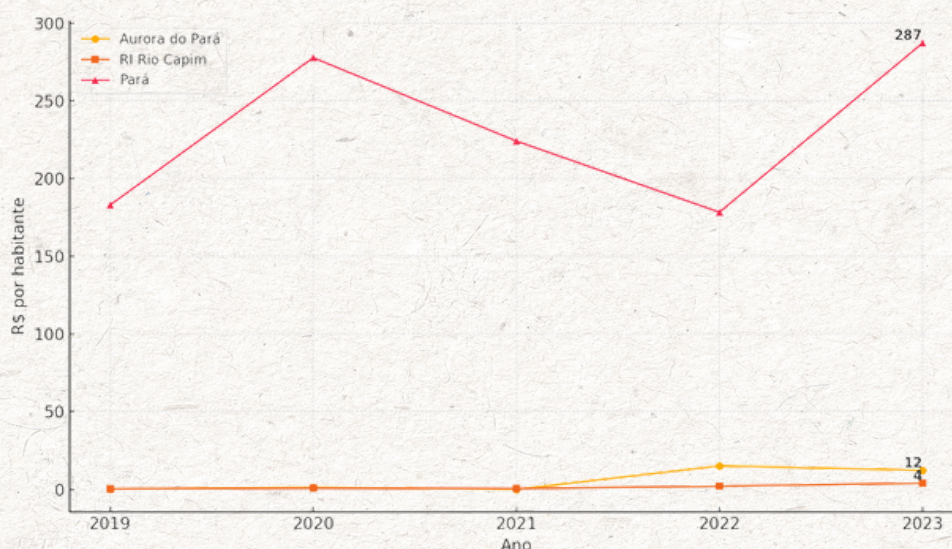
Despesa per capita com preservação aquática

Aurora do Pará apresentava praticamente zero investimento per capita em preservação aquática entre 2019 e 2021. O valor foi de R\$ 0 em 2019, R\$ 1 em 2020, e novamente R\$ 0 em 2021. Apenas em 2022 e 2023 houve avanço: R\$ 13 e R\$ 12, respectivamente. A RI Rio Capim repetiu esse padrão, variando de R\$ 0 a R\$ 4, chegando a esse último valor apenas em 2023. Em contraste, o estado do Pará teve desempenho muito superior: R\$ 183 (2019), R\$ 276 (2020), R\$ 224 (2021), com novo pico em 2023, atingindo R\$ 287 por habitante (Gráfico 25).

Esses dados indicam uma disparidade gri-

tante entre o nível estadual e os níveis municipal e regional. Aurora só começou a investir efetivamente em preservação aquática a partir de 2022, o que ainda é insuficiente frente à relevância do bioma amazônico e das bacias hidrográficas locais. A RI segue com padrões igualmente baixos, demonstrando que a preservação de rios e lagos não tem sido prioridade local ou regional. O estado do Pará, por outro lado, mantém investimentos consistentes, refletindo políticas públicas mais estruturadas. A ausência de ações locais compromete a efetividade da proteção hídrica em territórios descentralizados (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 12/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

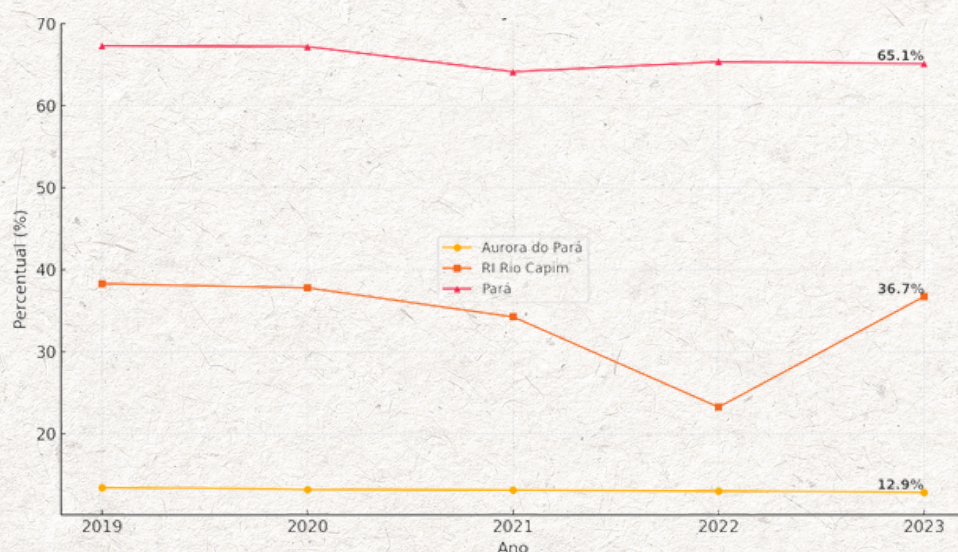
Aurora do Pará manteve estabilidade nos primeiros anos, com 13,2% da área coberta por floresta entre 2019 e 2022. Em 2023, houve uma leve queda para 12,9%, valor ainda muito inferior à média estadual. A Região de Integração Rio Capim começou com 38,5% em 2019, seguiu com leve queda até atingir 23,4% em 2022, e teve recuperação para 36,7% em 2023. O Pará, em contrapartida, mostrou estabilidade elevada: 67,9% (2019), com variações mínimas, encerrando 2023 com 65,1% de cobertura florestal (Gráfico 26).

A baixa cobertura florestal em Aurora evidencia um cená-

rio de desmatamento histórico já consolidado, ou uso predominante do solo para agropecuária ou áreas urbanizadas. O dado preocupa, pois o município está em pleno bioma amazônico, onde a conservação florestal é estratégica. A RI, embora tenha sofrido declínio, teve uma recuperação significativa em 2023, o que pode indicar ações de reflorestamento ou ajustes metodológicos. O Pará, apesar de também sofrer pressão, conseguiu manter um patamar elevado de florestas preservadas. Aurora, no entanto, precisa de ações urgentes de recuperação e preservação do que resta de cobertura nativa (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

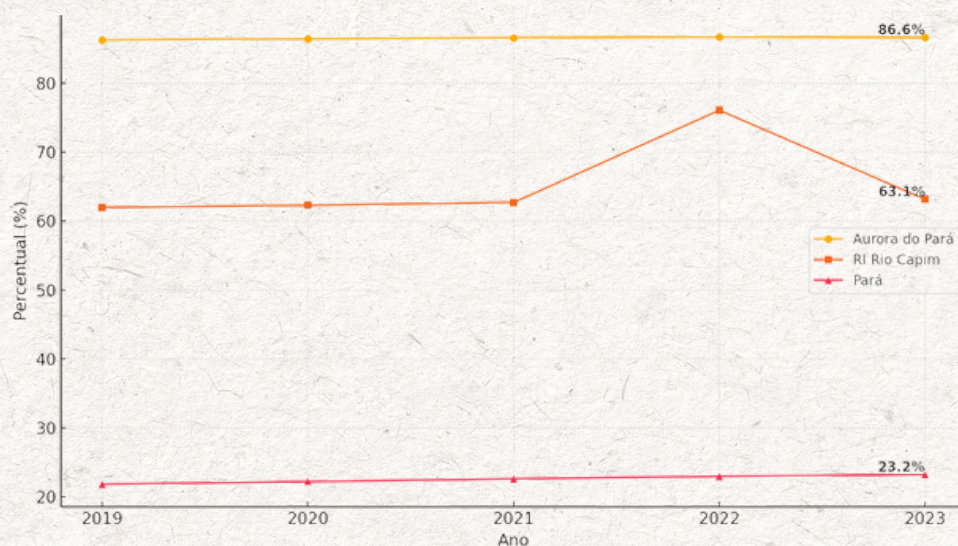
Aurora do Pará manteve um percentual extremamente elevado de área desmatada ao longo de todo o período. Entre 2019 e 2023, o valor se manteve constante em 86,6%, o que indica uma condição histórica consolidada de perda da cobertura vegetal. A Região de Integração Rio Capim iniciou com 61,8% de desmatamento (2019), subiu para 76,1% em 2022 e caiu para 63,1% em 2023. O estado do Pará, por sua vez, apresentou os menores percentuais: 21,8% em 2019 e leve crescimento até 23,2% em 2023 (Gráfico 27).

A situação em Aurora evidencia um cenário de alerta:

menos de 14% do território ainda possui cobertura florestal. Isso representa não apenas uma ameaça à biodiversidade, mas também à segurança hídrica, estabilidade do solo e microclima local. A estabilidade do indicador revela que pouco ou nada tem sido feito para reverter ou mitigar esse passivo ambiental. A RI, embora tenha reduzido o desmatamento em 2023, ainda mantém um patamar crítico. O Pará, mesmo com crescimento leve, continua bem abaixo dos níveis regionais e municipais, possivelmente em razão de áreas preservadas de proteção ambiental (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 86,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

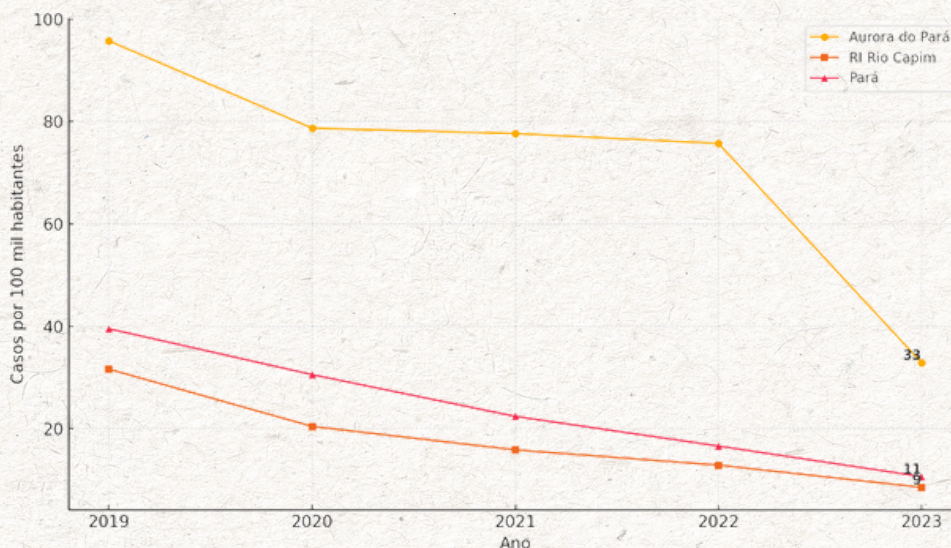
Aurora do Pará apresentava um índice alarmante de trabalho infantil em 2019, com 96,5 casos por 100 mil habitantes. Em 2020, houve redução para 78,7, mantendo valores semelhantes nos dois anos seguintes: 77,6 (2021) e 76,1 (2022). Apenas em 2023 foi registrada queda expressiva, chegando a 33,4, ainda acima da média estadual. A RI Rio Capim apresentou trajetória mais consistente de redução: de 31,7 (2019) para 9,4 em 2023. Já o Pará saiu de 39,6 em 2019 e chegou a 11,4 em 2023 (Gráfico 28).

Apesar da melhora em 2023, Aurora do Pará segue com a

maior taxa entre os três níveis analisados. Os dados revelam que as ações de combate ao trabalho infantil têm surtido efeito, mas ainda de forma tardia e insuficiente. A diferença entre município e estado, que em 2023 foi de mais de 20 pontos, exige políticas públicas mais agressivas e vigilância social. A RI e o Pará apresentaram reduções contínuas, refletindo melhores condições de fiscalização e inclusão social. Em Aurora, a reversão desse quadro deve considerar educação de tempo integral, apoio às famílias e articulação intersetorial (Gráfico 28).



Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 33 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

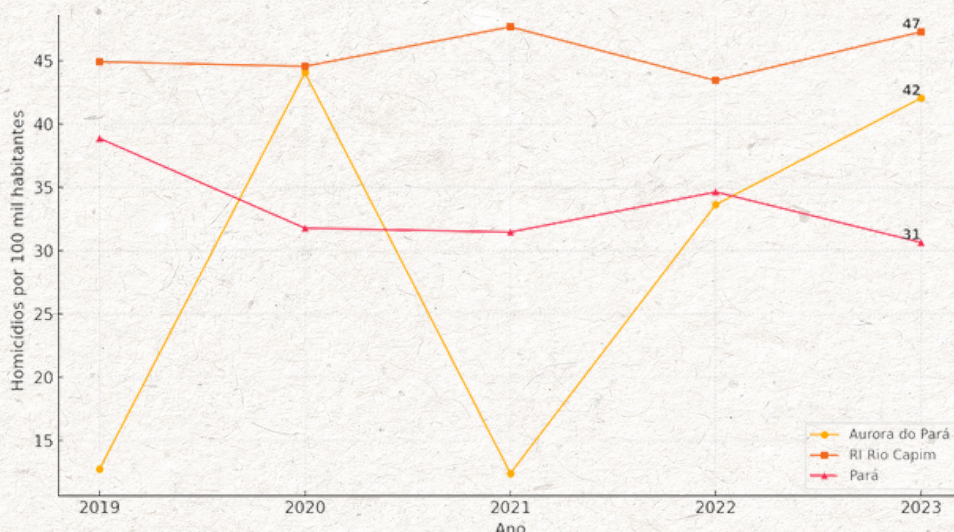
Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

A taxa de homicídios em Aurora do Pará oscilou fortemente ao longo do período. Em 2019, o município registrou 12,8 homicídios por 100 mil habitantes, saltando para 44,3 em 2020. Caiu drasticamente para 12,7 em 2021, voltou a subir para 33,6 em 2022 e finalizou 2023 com 42,1. A RI Rio Capim manteve patamar elevado e estável: 44,9 (2019), atingindo 47,1 em 2023. O estado do Pará, por sua vez, apresentou declínio: de 38,9 (2019) para 31,2 em 2023 (Gráfico 29).

A instabilidade da taxa em Aurora pode indicar problemas estruturais na segurança

pública, com episódios pontuais de violência extrema intercalados por períodos de aparente tranquilidade. Em 2023, o município aproximou-se da média da RI e superou o estado, indicando risco elevado. A RI Rio Capim tem os piores índices de forma constante, o que aponta para uma dinâmica regional de criminalidade que impacta Aurora. Já o estado demonstra tendência de queda sustentada, o que pode ser reflexo de políticas de segurança mais eficazes. É essencial que Aurora alinhe-se a essas estratégias para conter o avanço da violência letal (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



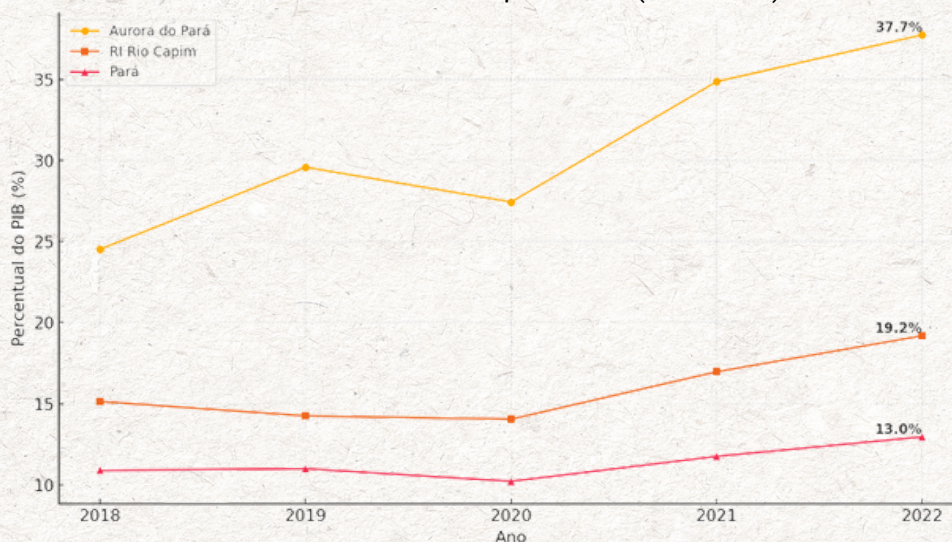
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Aurora do Pará apresentou uma trajetória ascendente no percentual de gastos públicos municipais em relação ao PIB, iniciando com 24,6% em 2018. Em 2019, esse percentual saltou para 29,5% e, embora tenha havido uma leve queda para 27,5% em 2020, a curva retomou a subida. Em 2021, o gasto atingiu 35%, encerrando 2022 com expressivos 37,7% o maior entre os três níveis analisados. A RI Rio Capim começou com 15,2% em 2018 e seguiu um ritmo mais moderado: caiu para 14,2% em 2020, e depois subiu para 19,2% em 2022. Já o estado do Pará teve o menor nível de comprometimento do PIB com gastos municipais: variou de 11% em 2018 para 13%

em 2022, com estabilidade ao longo do tempo (Gráfico 30).

Essa tendência revela uma intensificação dos gastos municipais em Aurora do Pará nos últimos anos, indicando possível ampliação da oferta de serviços públicos ou aumento da dependência do setor público sobre a economia local. A diferença entre Aurora e o estado é expressiva 24,7 pontos percentuais em 2022 o que pode evidenciar menor diversificação econômica no município. Enquanto o Pará mantém um patamar historicamente estável, com pequena elevação apenas em 2021 e 2022, a RI Rio Capim acompanha Aurora de maneira atenuada (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 37,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta foi alcançada.

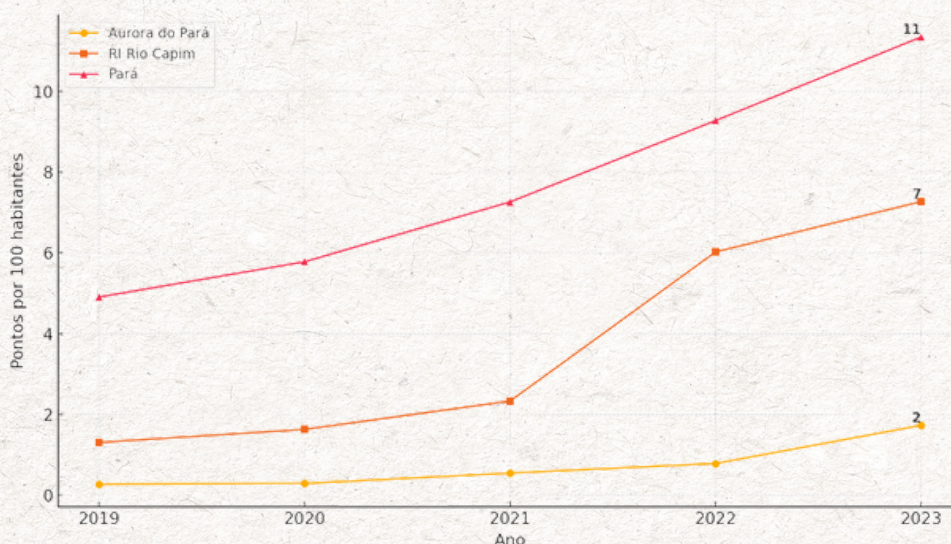
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Aurora do Pará apresenta um dos níveis mais baixos de acesso à banda larga fixa entre os três recortes analisados. Em 2019 e 2020, a taxa era de apenas 0,3 pontos por 100 habitantes, subindo para 0,6 em 2021 e 0,8 em 2022. Em 2023, houve aumento mais expressivo, atingindo 2 pontos por 100 habitantes. A RI Rio Capim teve progressão constante, partindo de 1,3 em 2019 e alcançando 7 pontos em 2023. Já o estado do Pará demonstrou desempenho superior e ascendente: de 4,9 (2019) para 11 pontos por 100 habitantes em 2023 (Gráfico 31).

Essa discrepância evidencia um forte déficit

de conectividade digital em Aurora, especialmente quando comparado à média estadual, que em 2023 é mais de seis vezes maior. Apesar da evolução observada, o município ainda enfrenta barreiras estruturais de acesso à internet fixa, o que pode afetar áreas como educação, empreendedorismo e inclusão digital. A RI apresenta uma recuperação mais acelerada, principalmente após 2021, indicando investimentos regionais em infraestrutura de telecomunicação. O estado, por sua vez, avança de forma consistente, o que aponta para políticas públicas eficazes de expansão da rede (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

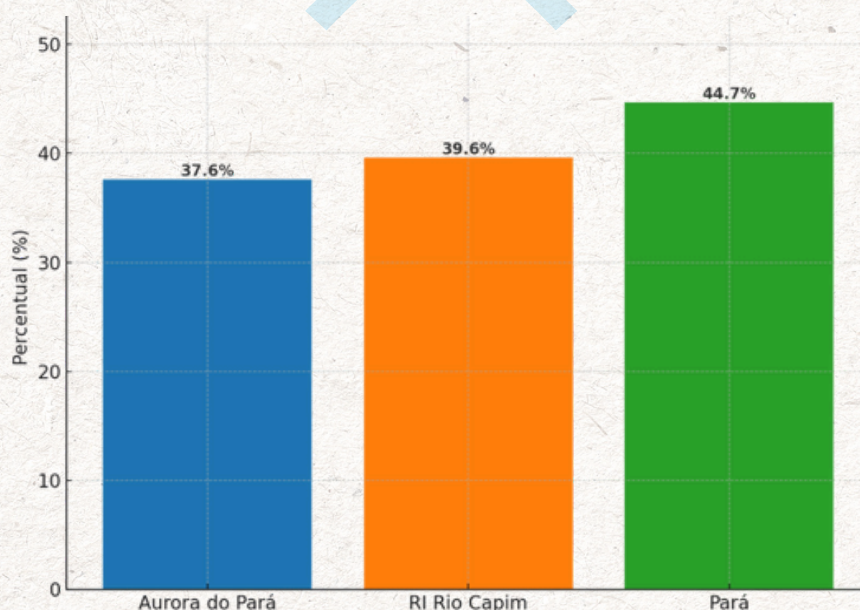
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Aurora do Pará** registrou um IDS de **37,6%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Aurora do Pará x RI Capim x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



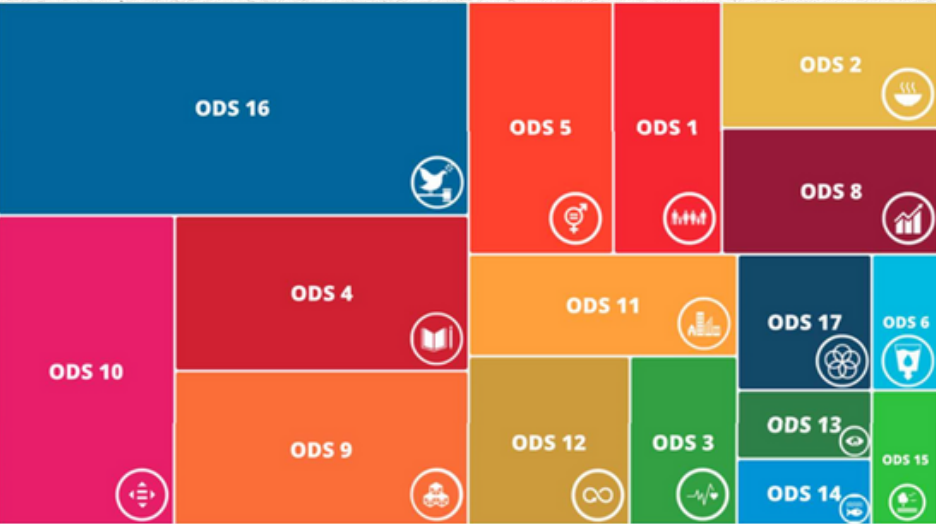
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

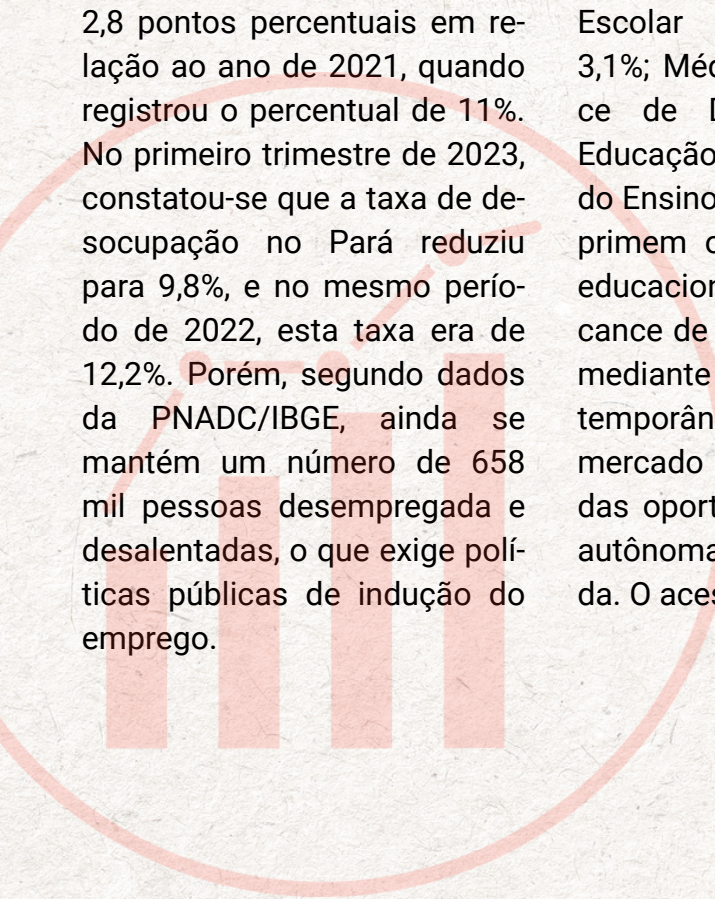
Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Aurora do Pará na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Aurora do Pará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

